

LEI 11.340/06 E OS CRIMES POR ELA ALCANÇADOS VIOLÊNCIAS FÍSICA E PSÍQUICA E CRIMES CONTRA A HONRA

FRANCA Luciana, CARVALHO Nelson, ROMAGNOLI João.

Orientador: MODENESI Cassio.

Direito – 4º Semestre Max Planck

Introdução

Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, n. 11.340/06, cujo objetivo é coibir a violência doméstica contra a mulher, estabeleceu novos paradigmas para a tipificação da agressão física, da psicológica e dos crimes contra a honra. É necessário realizar levantamentos estatísticos da ocorrência destes delitos e a proporção deles no conjunto dos crimes praticados. A radiografia da realidade assim obtida possibilita que a praxis judiciária deixe de ser alienada e se conecte com a dinâmica social, alcançando maior eficácia. Ao mesmo tempo influir na criação de políticas públicas.

Objetivos

Determinar a incidência dos delitos, sua abrangência por regiões e classes sociais. A microrregião considerada é a do Fórum Regional da Vila Mimosa, na Comarca de Campinas, inserida na Região Metropolitana de Campinas. Esta análise será pautada pelo levantamento de inquéritos policiais e processos, Será através desta análise que se poderá identificar a praxis relativa a violência contra a mulher no Fórum. Desta forma haverá importante material para dimensionar políticas públicas.



Métodos

O levantamento bibliográfico como análise qualitativa e o levantamento estatístico da violência doméstica (elemento quantitativo). A convergência desses dois elementos e o que se denomina de jurimetria ou métrica do judiciário que tem por objetivo a criação de índices eficazes para a proporcionalização dos crimes de violência doméstica.

Referências

FARIA Jose Eduardo, A Crise em uma Sociedade em Mudança, UnB, 1988
FARIA Jose Eduardo, Justiça e Conflito, RT, 1991
FARIA Jose Eduardo, Crise do Poder Judiciário no Brasil, Rev. Justiça e Democracia, RT, 1996
FARIA Jose Eduardo, Qual o Futuro dos Direitos, Max Limonad, 2002
RAWLS John, Justiça com Equidade, Tecnos, 1986
RAWLS John, Teoria da Justiça, Martins Fontes, 1999
D'WORKIN Ronald, Virtud Soberana, Paidois, 2003
D'WORKIN Ronald, A Justiça de Toga, Martins Fontes, 2010
D'WORKIN Ronald, Para Além do Direito, Martins Fontes, 2009
D'WORKIN Ronald, Economia da Justiça, Martins Fontes, 2010

Considerações Finais

A inovação da pesquisa jurídica, introduzindo o método estatístico possibilita a quantificação da praxis judiciária fornecendo um índice matematicamente seguro da eficácia da praxis do poder judiciário e criação de políticas públicas